



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ORDEM DE VOTAÇÃO ELABORADA EM 23/3/23.

O DOCUMENTO CONTÉM AS RELAÇÕES DE PREJUDICIALIDADE, CONSIDERANDO AS ORDENS POSSÍVEIS DE VOTAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 441/2022

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird - ou a outra instituição financeira, com garantia da União e dá outras providências.

Autoria: Executivo: Mensagem nº 43, de 24/10/2022

ORDEM DE VOTAÇÃO

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
1.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 11	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Suprime o art. 6º .	Fica prejudicada a emenda nº 10.	—	-Aprovação ou rejeição do Projeto. -Aprovação da emenda Substitutiva nº 10.
2.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 9	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Confere nova redação ao § 2º do art. 1º : “Art. 1º - [...] §2º – Na hipótese de as contratações previstas no caput se realizarem com instituição financeira nacional, será necessária nova autorização legislativa para a celebração dessa operação de crédito.”	Fica prejudicada a emenda nº 14.	—	-Aprovação ou rejeição do Projeto. - Aprovação da Emenda Substitutiva nº 14.
3.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 10	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Confere nova redação ao caput do art. 6º : “Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao orçamento, no exercício em que houver o efetivo recebimento dos recursos pelo Município, no limite previsto no art. 1º, podendo esses créditos serem	Fica prejudicada a emenda nº 11.	—	-Aprovação ou rejeição do Projeto. -Aprovação da emenda Supressiva nº 11.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
			reabertos pelos seus saldos no exercício seguinte, nas dotações orçamentárias relacionadas ao objeto das operações financeiras autorizadas nos termos dos arts. 40 a 43, 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.”			
4.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 13	Vereador Wilsinho da Tabu	Confere nova redação ao §1º do art. 1º : “Os recursos originários das operações de crédito de que trata o caput serão aplicados no Programa de Redução de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro e em projetos constantes do Plano Municipal de Saneamento inseridos no perímetro da referida bacia hidrográfica, que abrange também os Córregos do Vilarinho e do Nado e em outras localidades nas diversas regiões de Belo Horizonte que necessitam de obras de infraestrutura.”	Fica prejudicada a emenda nº 14.	—	-Aprovação ou rejeição do Projeto. -Aprovação da emenda Substitutiva nº 14.
5.	EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 14	Vereador Wilsinho da Tabu	Confere nova redação ao art. 1º : “Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird – ou com outras instituições financeiras que apresentem taxas equivalentes ao BIRD, operações de crédito, com a garantia da União, até o valor de US\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito do Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.”	Fica prejudicada a emenda nº 13. Fica prejudicada a emenda nº 9.	—	-Aprovação ou rejeição do Projeto. -Aprovação da emenda Substitutiva nº 13. -Aprovação da emenda Substitutiva nº 9.
6.	PROJETO			Ficam prejudicadas todas as emendas, exceto as aditivas.	Ficam prejudicadas todas as emendas.	—



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
7.	EMENDA ADITIVA Nº 1	Vereador Ciro Pereira	Acrescenta o §1º ao art.5º: “Art. 5º §1º A consignação das dotações orçamentárias serão submetidas à aprovação da Câmara Municipal, por meio das leis orçamentárias como a LOA, a LDO e o PPAG.”	—	—	Rejeição do Projeto.
8.	EMENDA ADITIVA Nº 2	Vereador Ciro Pereira	Acrescenta o art. 7º: “Art. 7 º A aprovação dessa lei não afasta a responsabilidade das autoridades do Poder Executivo pelo empréstimo tomado, podendo ainda ser considerado erro grosseiro a assinatura deste contrato, caso as condições negociadas pelo executivo se revelem destoantes das práticas de mercado.”	—	—	Rejeição do Projeto.
9.	EMENDA ADITIVA Nº 3	Vereador Ciro Pereira	Acrescenta os §3º e §4º ao art.1º: “Art. 1º §3º A autorização prevista no caput não dispensa a apresentação pelo Poder Executivo Federal da minuta do contrato a ser celebrado, o qual deverá conter obrigatoriamente o custo de capital investido, o valor real a ser pago ao final do contrato. §4º A assinatura do referido contrato dependerá de parecer favorável da Procuradoria do Município e ainda de parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado.”	—	—	Rejeição do Projeto.
10.	EMENDA ADITIVA Nº 4	Vereador Professor Juliano Lopes	Acrescenta, onde couber, o seguinte artigo: “Art. (...) Os recursos provenientes da operação de crédito que trata a presente lei, deverão ser distribuídos de forma igualitária para as nove regionais do município de Belo Horizonte.”	—	—	Rejeição do Projeto.
11.	EMENDA ADITIVA Nº 5	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Acrescenta o § 3º ao art. 1º: “Art. 1º [...] § 3º Os recursos originários da operação de crédito descrita no caput deste artigo, que forem utilizados para fins de indenizações no processo de regularização fundiária na região do Isidoro, somente poderão utilizar os beneficiários no Cadastroamento Isidoro 2.013, realizado pela URBEL.”	—	—	Rejeição do Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
12.	EMENDA ADITIVA Nº 6	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Acrescenta o § 3º ao art. 1º: “Art. 1º [...] § 3º A utilização de recursos originários da operação de crédito descrita no caput deste artigo, para fins de urbanização da região do Isidoro fica condicionada a regularização fundiária do local.”	—	—	Rejeição do Projeto.
13.	EMENDA ADITIVA Nº 7	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Acrescenta o art. 6º: “Art. 6º – A utilização de recursos oriundos das operações de crédito desta lei deverá priorizar projetos de habitação popular de maior porte, que associem também a implantação de equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, parques e praças.”	—	—	Rejeição do Projeto.
14.	EMENDA ADITIVA Nº 8	Vereadora Fernanda Pereira Altoé e Vereador Bráulio Lara	Acrescenta o art. 6º: “Art. 6º – Fica vedada a utilização de recursos oriundos das operações de crédito desta lei para a regularização de ocupações em área de propriedade privada.”	—	—	Rejeição do Projeto.
15.	EMENDA ADITIVA Nº 12	Vereador Wilsinho da Tabu	Acrescenta parágrafo ao art. 1º: “Após a contração de empréstimo, os valores devidos das parcelas deverão ser comunicados ao poder legislativo e publicado em site oficial do município.”	—	—	Rejeição do Projeto.